

## Conquistas e Desafios do Acordo de Paris

Dr. David Morales  
Província Brasileira

O “Acordo de Paris” entrou na história da humanidade como o primeiro acordo climático universal de conteúdo abrangente. Muitas expectativas foram criadas com relação aos resultados das negociações da COP 21 e a participação ativa da Comunidade Internacional foi efetiva para determinar os últimos detalhes que vão estruturar a eco-política internacional durante todo o século XXI.

Podemos verificar que no Acordo de Paris foram contempladas várias conquistas e ao mesmo tempo foram incorporados desafios que conjuntamente estabelecerão as condições da sobrevivência da humanidade e de todas as espécies e ecossistemas do planeta. Assim, quatro aspectos gerais do Acordo representam quatro princípios do Direito Internacional Ambiental que estão claramente identificados ao longo do conteúdo do Acordo e nos quais se baseia toda sua arquitetura normativa.

Em primeiro lugar, o objetivo principal das negociações foi evitar o aumento de 2 graus da temperatura média para o final do século garantindo um máximo de 1.5 C. Ao afirmar essa diminuição através das metas individuais de redução de Gases Efeito Estufa –GEE apresentadas por cada país, o *Princípio das Gerações Futuras* fica evidente pelo fato de ser um Acordo ambicioso com durabilidade e de visão ao longo prazo para diminuir o aquecimento global ainda nos próximos anos.

Em segundo lugar, houve um reconhecimento e diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ao assumir responsabilidades. Foi acordado a definição de um teto de emissões de GEE que cada país deverá determinar unilateralmente como desafio para manter o acordo funcionando. Isto permitirá a existência de um equilíbrio entre as emissões e a absorção de GEE ainda na primeira metade do século. Assim, o Acordo de Paris dá início a um movimento em direção à “descarbonização gradual” da economia e da indústria, priorizando uma transição energética com flexibilidade e baseada no princípio do *poluidor- pagador*.

Em terceiro lugar, ficaram fortalecidas as estratégias de mitigação de GEE e adaptação às mudanças climáticas dos países em desenvolvimento através de um fundo de 100 bilhões de dólares para atender as necessidades e diminuir a vulnerabilidade dos países que mais sofrem. Estes recursos priorizarão iniciativas de cooperação e de transferência de tecnologia no qual o princípio do *desenvolvimento sustentável* e a solidariedade se tornam imperativos na ordem ambiental do século XXI.

Por último, o *princípio da prevenção* fica presente através do mecanismo de transparência que o Acordo criou para a revisão dos compromissos assumidos dos países. Em 2018 será feito o primeiro balanço dos objetivos de redução de GEE com relação ao teto anunciado e em 2023 será feita a primeira revisão obrigatória de todos os objetivos que continuará a ser feito a cada cinco anos.

Assim sendo, o Acordo de Paris, através dos períodos de revisão e avaliação dos governos, cria um novo paradigma climático mundial no qual terá prioridade a credibilidade dos atores na capacidade de resposta aos impactos das mudanças climáticas. As estratégias que os países implementarão, vão gerar desafios que, em consonância com a ciência e a incidência pública de diferentes atores, entre eles a Igreja Anglicana, poderão aumentar a resiliência dos povos e pressionar os governos e as empresas para cumprir o acordo e aumentar a qualidade de vida do ser humano e de todas as espécies que coabitam juntamente.